



ATA NÚMERO TRÊS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte, reuniu, pela
terceira vez, no Pavilhão Municipal de Barcelos, pelas vinte e uma horas e
quinze minutos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos,
depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de quinze de julho
de dois mil e vinte, o qual foi afixado nos lugares habituais, com a seguinte
ordem de trabalhos:
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do
Regimento da Assembleia Municipal
ORDEM DO DIA
Ponto um – Discussão e votação dos documentos de prestação de Contas
Consolidadas do Grupo Municipal relativos ao exercício económico de dois mil e
dezanove;
Ponto dois – Discussão e votação da Quarta Revisão ao Orçamento
Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino
Manual Olivaire Bibaire Assa Cristina de Cibra Cantas Assa Bita de Cibra Tanna
Manuel Oliveira Ribeiro, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Rita da Silva Torre,
António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da
António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da
António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Joaquim da Costa Lima,



Fernandes Lopes, Catarina Sofia Martins de Sá, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José Gonçalves Pinto, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique José da Silva Meneses, Henrique Pedro Sousa Roselho, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, João Pontes da Silva, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joaquim São Bento Rodrigues, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Rui da Costa Alves Peixoto, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria



Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Marina do Céu Miranda Coelho, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria, Toni Melo Fernandes, Vasco André Gomes de Deus Real.--------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:------------Agostinho Lauro de Castro Pires, António da Costa Neves, Cristina do Rosário Gomes Brito, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Joaquim Barbosa Dantas, Jorge César Fernandes da Silva, José Luís Gomes Arantes, José Maria Barbosa Cardoso, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Natalina de Sá.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos!-----------Vamos então dar início a esta sessão pública extraordinária da Assembleia Municipal de Barcelos de vinte e dois de julho de dois mil e vinte.---------Como sabemos, e de acordo com a lei e o regimento, as Assembleias Municipais extraordinárias não têm o período de sessenta minutos, têm só o período de intervenção do público de trinta minutos e a ordem do dia. Portanto, será uma Assembleia Municipal mais curta em termos de agenda e vamos então iniciar os trabalhos.-----------Eu quero apresentar os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, ao Público em



geral e ainda a todos aqueles que nos acompanham via <i>web</i>
Vamos então dar início aos trabalhos e vamos começar pelo período de
intervenção do público
A mesa registou duas inscrições e é esse mesmo período que vamos dar
início
Entretanto, só um pequeno aparte, desde a última Assembleia Municipal
só houve um senhor deputado que apresentou formalmente uma queixa à mesa
sobre a qualidade e as condições das cadeiras em que estão sentados, não
vamos revelar a identidade do senhor deputado que fez essa reclamação que
nos pareceu justa, procurámos dentro daquilo que é possível criar melhores
condições, penso que hoje essas condições já existem, não foi possível na
totalidade porquanto o número de lugares sentados são superiores, portanto,
houve alguma dificuldade de ainda resolvermos hoje. Mas, dessa reclamação,
beneficiaram todos os senhores deputados e a mesa agradece, sempre que
possível, nos façam chegar esse tipo de apontamentos para que nós possamos
melhorar as condições de trabalho de nós todos
Passaremos então agora ao período dos trinta minutos e a primeira
inscrição que temos é do senhor Fernando António Sá Miranda, que se propõe
fazer uma intervenção com pedido de esclarecimento acerca do processo
relacionado com um seu pedido junto da Câmara Municipal de Barcelos
Portanto, eu pediria ao senhor Fernando António Sá Miranda que se
dirigisse ao microfone para a sua intervenção. Faz favor
PÚBLICO – Fernando Miranda – Boa noite
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da
Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras
Deputadas e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Eu chamo-me Fernando Miranda e vivo em Minhotães, tenho um terreno



na freguesia de Minhotães que neste momento se encontra sob reserva
agrícola, o qual preciso que seja transformado em parcela de terreno para
construção. É o único terreno que tenho onde posso construir uma casa para a
minha filha. A minha filha tem muitos problemas de saúde e precisa de ajuda
para ter a sua casa. Só tenho este terreno onde ela pode construir
Por isso, venho muito respeitosamente pedir a Vossas Excelências que
considerem este meu pedido, sendo que já estive a falar com o senhor
presidente há quatro/cinco anos sobre este assunto
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Fernando Miranda.
Passaríamos agora à segunda intervenção do senhor Cristiano Coelho, que é o
presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do
Primeiro Ciclo e Jardim-de-Infância da Pousa, que se propõe fazer uma
intervenção com esclarecimentos sobre a remoção do amianto no jardim-de-
infância da Pousa. Faz favor, senhor Cristiano Coelho
PÚBLICO – Cristiano Coelho – Boa noite
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes
Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras
Senhoras e Caros Senhores aqui presentes e os que nos seguem pela Internet
Infelizmente estamos aqui novamente porque os esclarecimentos dados
pelo senhor presidente da Câmara na última Assembleia foram insatisfatórios,
diria até confusos
Isto porque, nos últimos acontecimentos, o senhor presidente da Câmara
fez questão de retirar a escola da Pousa do programa do Governo para a
remoção do amianto nas escolas e não deu respostas coerentes para justificar
essa decisão. Assim sendo, vimos colocar quatro questões muito objetivas ao



senhor presidente da Câmara
Mas antes vamos contextualizar a atual condição da nossa escola:
A escola da Pousa é constituída por dois edifícios. Temos o edifício da
escola básica onde estão as salas do ensino primário e é neste edifício que está
prevista a requalificação e ampliação. E temos o segundo edifício onde alberga
atualmente as salas do jardim-de-infância, CAF, biblioteca, cantina e cozinha (ao
qual confeciona as refeições também para as escolas vizinhas). Este é o edifício
que tem as placas de fibrocimento que contém amianto e que agora diz que vai
ser desativado após a conclusão das obras, mas onde já garantiu no passado ao
nosso presidente de Junta a entrega do mesmo à freguesia
Tendo em conta este contexto, as nossas perguntas são:
Primeira – Mesmo que o processo concursal já tenha iniciado e se todo o
processo e obras correr como esperado, ou seja, com as obras a iniciar no início
de dois mil e vinte e um e com a previsão de execução de um ano, o edifício que
contém amianto vai funcionar durante pelo menos mais dois anos letivos (dois
mil e vinte/dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois).
Isto se correr como esperado porque, como já alertou na Assembleia Municipal
de vinte e oito de fevereiro, o sucesso do concurso não depende só do
município e este processo pode demorar mais anos do que o previsto
Por isso, pergunto-lhe se este edifício vai continuar como está com as
placas em amianto extremamente degradadas e com graves problemas de
infiltração onde até chove dentro da escola
Segunda – No edifício em questão, retirando as placas de fibrocimento
com amianto e assim resolvendo também os problemas de infiltração (como já
salientei, chove dentro da escola) e com outros pequenos ajustes pontuais, é
possível esta estrutura acolher as três ou quatro turmas da escola primária
durante as obras de requalificação



Senhor presidente da Câmara, como bom gestor que é não acha que esta
solução é mais viável do que a alternativa habitual de recorrer ao aluguer de
contentores que irão custar ao município milhares de euros? Aliás, se o
município não tivesse retirado a escola da Pousa da lista os custos teriam sido
residuais
Terceira – Na última Assembleia Municipal, dia vinte e seis de junho, o
senhor justificou a retirada da escola da Pousa da lista para remover o amianto
porque já estava a decorrer o processo concursal para a sua requalificação. Se
assim é, pergunto se a escola básica de Carapeços não está num processo
idêntico de requalificação e por que é que foi colocada na mesma lista.
Explique-nos em nome da coerência. Não há aqui dois pesos e duas medidas?
Ou poderei deduzir que também foi um lapso do senhor presidente da Câmara
como aconteceu com a escola básica da Silva, que não se encontra na lista e que
contém placas com compostos de amianto?
Quarta – Quando é que o projeto de execução que foi aprovado em
reunião de Câmara do dia trinta de abril vai ser lançado na plataforma BASE
para concurso? Isto porque, dito pela senhora vereadora doutora Anabela Real,
o projeto só precisaria de passar pela Assembleia Municipal, que já ocorreu no
dia vinte e seis de junho, e posteriormente teria de ir novamente a reunião de
Câmara, que já ocorreu no dia dez de julho
Agradecemos que responda objetivamente! Garanto-lhe que vamos
insistir em colocar estas questões sempre que nos é permitido até
encontrarmos alguma lógica neste processo todo
Obrigado
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Cristiano Coelho. Ia
perguntar ao senhor presidente da Câmara se pretende responder às duas



intervenções
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes
de Junta e de União, Caras e Caros Cidadãos, um cumprimento especial para
quem nos acompanha via Web em casa
Em relação à intervenção do cidadão senhor Fernando Sá Miranda, se já
esteve comigo de certeza que recebeu a resposta daquilo que eu lhe vou dizer
agora
Eu penso que o senhor Fernando Miranda saberá que a gestão das
reservas, quer ecológica quer agrícola, não são competência da Câmara
Municipal. Aquilo que se faz no âmbito dos PDM's e daquilo que se vai fazendo
nas revisões do PDM e que por acaso alerto neste momento que está a ser feita
uma revisão imposta do PDM por força de lei, não é da vontade da Câmara nem
do presidente da Câmara classificar os terrenos de construção ou não. É a
reserva agrícola, naturalmente. Eu compreendo o seu problema, infelizmente
como o seu problema há vários aqui no concelho de Barcelos, mas não é
competência da Câmara desclassificar o terreno da reserva agrícola para a
construção. Portanto, aquilo que eu recomendava ao senhor Fernando Sá
Miranda, sem garantias absolutamente nenhumas, é que no âmbito da revisão
atual forçada, como eu digo, por lei, venha junto da revisão que está a ser feita
tentar também novamente ver se é possível desafetar. Eu poderia explicar-vos
aqui a complexidade do que é a lei que faz a revisão forçada do PDM, é uma lei
que saiu recentemente e que vem intervir num PDM, como sabem, que foi
aprovado em junho de dois mil e quinze, que deveria ter a vigência de dez anos,
mas que assim não é por força de lei. E, portanto, somos forçados, forçados não
é bem, nós podemos optar por fazer o enquadramento da lei e não fazer a



revisão que achamos que deve ser feita. A opção foi fazermos a revisão e tentar naturalmente tirar ganhos possíveis para os cidadãos naquilo que é a gestão do nosso território. Portanto, desafiava o senhor Fernando, junto da chamada Casa do Rio, novamente fazer este pedido para ver se consegue, no âmbito desta revisão, o tal espaço para a construção de uma habitação.-----------Relativamente à intervenção do cidadão Cristiano Coelho, eu vou dizer aqui duas ou três coisas mas depois vou pedir à senhora vereadora Armandina Saleiro para complementar a minha declaração.----------E aquilo que eu disse na última Assembleia mantenho. Acho até desagradável, para não estar a usar outro adjetivo, vir aqui dizer que a Câmara ou o presidente da Câmara retirou a escola da Pousa do projeto amianto. Isso é falso, totalmente falso e, quero afirmá-lo aquilo de forma clara que não foi a Câmara que retirou essa escola da Pousa, foi o próprio ministério precisamente porque la sofrer a intervenção. Portanto, a situação que eu informei na última Assembleia é a situação que se mantém, mas alerto, e o senhor insiste muito nisso, porque já não é a primeira vez que o senhor vem aqui e já não é a primeira vez que falamos pessoalmente e, ao que sei, também tem falado com a senhora vereadora Armandina Saleiro, o senhor insiste numa teoria sua e apenas sua e aquilo que lhe foi dito sempre a si ao senhor presidente da Junta que muito prezo foi de que os procedimentos não são como nós queremos, são dentro daquilo que é o possível e dentro do que a lei nos determina. Portanto, todo o ritmo do processo é feito dentro de um enquadramento legal e de acordo com o Código dos Contratos Públicos, não pode ser de outra forma.-----------De qualquer forma, eu passarei aqui à senhora vereadora Armandina Saleiro, porque ela pretende fazer uma declaração complementar.-----**VEREADORA DO PS – Armandina Saleiro** – Muito obrigada, senhor presidente.-------Só informação complementar. Reiterar aquilo que disse o senhor



presidente. Nós indicámos a escola P/três da Pousa para substituição do amianto com o argumento de que ficaria afeta à componente de apoio à família e à atividade de apoio à família, de alguma forma era um complemento das atividades letivas. Portanto, clarificámos isso para que da parte do ministério não houvesse dúvida que aquela escola era necessária para acolher depois as crianças pós-atividade letiva. No entanto, o aviso da candidatura do Portugal Vinte Vinte é clarinho como a água, diz "para equipamentos educativos". E o mapeamento que saiu em Diário da República, a listagem, foi validada pelo Ministério da Educação. Baseada em quê? Na carta educativa. Como sabem, na carta educativa a vossa comunidade tem um centro escolar que agora é de menores dimensões mas é uma escola com a ampliação, com a criação de condições necessárias para uma excelência na prática coletiva. Como tal, está referenciado que a escola P/três ficará anulada apesar do município solicitar que fosse considerada porque teria um papel importante no contexto educativo. Infelizmente não foi considerada porque o aviso da candidatura é muito rigoroso e diz "equipamentos educativos". Agora se nos perguntam, ainda hoje falava com o senhor presidente, se esta candidatura não devia ser alargada a equipamentos públicos, devia, mas não somos nós que fazemos as -----Obrigada.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente e senhora vice-presidente.-----vice-presidente.----------Terminado este ponto da ordem de trabalhos, vamos então entrar na ordem do dia com o ponto número um.-----**SEGUNDA SECRETÁRIA** – Discussão e votação dos documentos de prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal relativos ao exercício económico de dois mil e dezanove.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Considerando que numa interpretação
extensiva estamos perante um documento de prestação de contas, nos termos
do artigo catorze, número cinco, do regimento, ia perguntar ao senhor
presidente da Câmara se pretende fazer alguma introdução neste tema
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Isto é uma questão formal, obrigatória e legal de consolidar as contas do
município com eventuais participadas que o município tem. Portanto, é um
instrumento formal que tem que ser remetido ao Tribunal de Contas
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Passaríamos então à fase de inscrições! Inscrições, por favor, senhores
deputados!
Passaria a palavra ao senhor deputado Augusto Dias, do BTF. Faz favor,
senhor deputado
DEPUTADO DO BTF – Augusto Dias – Muito boa noite, Senhor Presidente da
Assembleia, os meus cumprimentos. Permita-me cumprimentar todos na
pessoa de Vossa Excelência
Sobre a presente proposta para apreciação e votação dos documentos
relativos às Contas Consolidadas do Grupo Municipal do exercício económico de
dois mil e dezanove, e depois de ter sido votado e aprovado o relatório de
contas do ano económico de dois mil e dezanove, ao BTF importa uma avaliação
de toda a informação contabilística do município e das entidades que direta ou
indiretamente a ele estão vinculadas
Para o BTF três notas importantes:
Primeira – Atendendo ao facto de as entidades do universo municipal
não proporcionarem uma alteração contabilística e patrimonial e, por si só,
preocupações adicionais para a gestão municipal, ao BTF desperta-nos com



muita preocupação a situação da EMEC, porque a gestão continua a ser da
responsabilidade dos membros do executivo, em regime de permanência;
Segunda – Porque o BTF tem tido muita dificuldade em poder
acompanhar com mais evidência toda a atividade do grupo municipal da
autarquia, por manifesta falta de informação, o que é costumeiro e bastante
lamentável;
Terceira – Porque o BTF tarda em ver resolvido em definitivo todo o
processo da concessão das redes públicas da gestão de água e saneamento,
esse sim com graves implicações na vida dos barcelenses, assim como na gestão
orçamental e patrimonial do município
Como tal, o BTF abstém-se na presente proposta
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Passaria agora a palavra ao
senhor deputado Firmino Silva, do CDS. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Muito breve, o CDS irá abster-se nesta questão, aliás, como já o fez em
sede de vereação, apenas vamos aqui destacar algumas passagens deste
documento e vamo-nos debruçar principalmente nas páginas vinte e três a vinte
e seis, na parte dos compromissos
Aqui nestas páginas encontram-se descritas algumas passagens dos
episódios que ao longo dos anos nós temos vindo a discutir nesta casa, que é a
questão das águas e a questão das parcerias público-privadas
E da leitura atenta do que aí está descrito nós chegamos a uma
conclusão: é que esgotada a linha ou chegada ao fim da linha a Câmara
Municipal de Barcelos correu a negociar o pagamento das suas dívidas. Isto



porque no decorrer de todos os processos, de todos os recursos, em nenhum deles a Câmara Municipal de Barcelos saiu vencedora. Aliás, este recurso à via litigiosa para tentar aligeirar a responsabilidade do executivo na sua incapacidade de resolver estas questões só prejudicou os barcelenses. Exemplo disso nós encontramo-lo no valor que foi pago a título de juros na questão das parcerias público-privadas. E, se repararem, só em juros nas parcerias públicoprivadas a Câmara Municipal de Barcelos pagou quatro milhões, trezentos e oitenta e oito mil euros, quando, por acordo, a indemnização nesta questão ficou em oito mil e seiscentos, ou seja, pagou mais de metade de juros do que o valor da indemnização.-----------Meus senhores, o CDS, como já o disse, irá abster-se como faz sempre neste tipo de documentos.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----deputado.-----**DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e que nos segue via Internet.----------Sobre o tema em análise, discussão e votação dos documentos de prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal relativos ao exercício económico de dois mil e dezanove, tenho por bem dizer o seguinte:-----------Não sendo perito contabilístico acredito na capacidade e na honestidade daqueles que procedem à elaboração destes documentos, tendo naturalmente em conta os valores e os movimentos que lhes são apresentados.-----



Naturalmente que o PSD, como grande partido que é e com o sentido de
responsabilidade que lhe é inerente, não põe em causa a veracidade dessas
contas
O PSD também não está disponível para debates que entrem por meros
argumentos de natureza técnica ou contabilística
O PSD é um partido político responsável e, como tal, deve fazer em
relação a este tema uma análise política que seja responsável e
simultaneamente rigorosa e exigente
Como sabemos, vivemos tempos de mudança, mudança que já está a ser
sentida e que vai exigir grandes esforços às famílias e às empresas,
naturalmente também às de Barcelos
Ainda agora nas recentes negociações do pacote financeiro da União
Europeia a palavra que mais se ouviu foi rigor, rigor, rigor
Começam a surgir sinais da necessidade de aqueles que cultivam algum
laxismo orçamental sejam rigorosamente avaliados, escrutinados e, pasme-se,
fiscalizados
É isso que é importante numa instituição como a nossa Câmara
Municipal. A cultura da exigência, do rigor das chamadas, pelos socialistas, as
contas certas – versão Costa/Centeno
Quando olhamos para os documentos de prestação de contas resultam
duas ou três notas que são de enfatizar e destacar:
Em primeiro lugar, uma grande eficácia na angariação de receitas, o que
não deixa de ter um lado positivo;
Em segundo lugar, que a receita tem vindo sucessivamente a crescer
fruto do dinamismo empresarial e económico até ao surgimento da pandemia;
Em terceiro lugar, uma menor eficácia e rentabilidade na execução do
lado da despesa



As contas do exercício mais não são do que a contracapa de um livro em
que a capa é precisamente o orçamento
A execução orçamental dá lugar no final do ano fiscal às contas
consolidadas do grupo municipal
Agora queria chamar a atenção para a participada da Câmara, neste caso
a cem por cento, a EMEC
Como constatámos nos documentos apresentados, a EMEC é uma
empresa falida, não tem capitais próprios positivos, vive das transferências
orçamentais do município
Ora, em termos de saúde financeira de transparência orçamental a EMEC
tem que sofrer algumas alterações, necessitando de uma série e profunda
reflexão de modo a tornar-se uma estrutura vigorosa, multifuncional e não uma
entidade subsidiodependente, sem rumo e sem ambição
Volto a frisar, precisamos da EMEC e dos serviços que presta, se possível
ainda mais, mas que funcione de forma natural e com uma estrutura financeira
sólida e autónomasólida e autónoma
Este quadro em que vive não é saudável nem fortifica e robustece o seu
nome
Para terminar, o PSD regista com profunda tristeza e desilusão o
adiamento das grandes decisões político-financeiras do município,
nomeadamente o dossiê das Águas de Barcelos que se arrasta há onze anos e
que vai deixar grandes e graves encargos aos barcelenses em geral e aos novos
inquilinos do município no futuro já próximo
Ainda uma nota final para dizer que também não se deu um passo nesse
grande desígnio barcelense que é a construção do novo hospital, bem como
outras obras estruturantes, urgentes e necessárias: conclusão da circular
urbana, passagens de nível, recuperação da rede viária, Rio Cávado, etc., etc.,



etc
Por isso, o Grupo Municipal do PSD se vai abster neste ponto deixando às
senhoras e aos senhores presidentes de Junta a liberdade de voto já habitual
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Passaria
agora a dar a palavra ao senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista.
Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados
Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de União e de Junta de Freguesia,
Caros Concidadãos e que nos vê via Web
A primeira nota. De facto, sem nenhum constrangimento os deputados
da oposição decidiram fugir à questão em concreto e foram para a análise
política, nenhum problema em relação a isso, e no debate político temos que
analisar com profundidade as questões que aqui foram colocadas
A primeira questão, a questão da PPP. Nós repetimos sistematicamente e
quando analisamos aprofundadamente aquilo que foi a opção política da
constituição da PPP, deveria ser claro para todos os barcelenses, aliás, acho que
é claro para os barcelenses, não é claro para alguma oposição, que a PPP era
absolutamente ruinosa, o município iria pagar de rendas mais de duzentos
milhões de euros. Acho que inequivocamente todos nós devíamos olhar para a
PPP como um caso que tinha que ser resolvido e foi resolvido da melhor
maneira possível. A Câmara Municipal pagou oito vírgula seis milhões de euros
da resolução da PPP, aquilo que foi a decisão judicial, e pagou os juros. Era
possível pagar de outra maneira? Não, não era possível pagar de outra maneira.
Não era possível pagar de outra maneira porque foi esse o entendimento da



outra parte e lamentavelmente nestes processos a Câmara Municipal não é a parte única, não resolve as coisas da maneira que bem entende. Mas a questão central, e eu fugia para um termo que gostei do senhor deputado Adélio Miranda, é nós não podemos viver os tempos que correm e sempre numa lógica de laxismo económico. E o exemplo que esta Câmara Municipal deu, e deu do ponto de vista político até com algumas dificuldades, porque é dinheiro que não sobra para fazer investimentos, foi o pagamento de uma dívida gigantesca assumida pelas governações do PSD. Quando o executivo do Partido Socialista tomou posse em dois mil e nove era cerca de cinquenta e sete milhões de euros e neste momento está nos sete milhões de euros. E é essa responsabilidade política que nos permitiu, em tempo de pandemia, de imediato pagar a fornecedores mais de seis milhões de euros. E todos sabemos a importância que isto tem para o tecido económico local, nomeadamente as questões da tesouraria, e resolver sem nenhuma dificuldade em muitos dos casos e sem receio, digo isto, até com responsabilidades para o Governo, matérias que eram da responsabilidade do Governo, nomeadamente na área da saúde, em que a Câmara Municipal disse sempre sim, "estamos disponíveis para resolver os problemas". Isto é possível quando se tem contas consolidadas, uma gestão económica muito sólida e que nos tem permitido ano após ano, por uma instituição credível como é o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, no anuário financeiro ser reconhecida esta capacidade de gestão.-----------Depois, clarificar também, isto em relação ao PSD, nós não podemos misturar dois tipos de matérias, matérias da responsabilidade da Câmara e matérias da responsabilidade do Governo. Lamentavelmente os Governos do Partido Socialista e do PSD/CDS não foram capazes em nosso entender de concretizar o grande objetivo dos barcelenses, que é a construção do novo hospital. Estamos todos unidos nesta defesa. E a responsabilidade é dos



Governos do Partido Socialista (do meu partido) e do PSD. Espero que este Governo que está em exercício de funções seja capaz de emendar a mão e aproveite, apesar dos ventos de Bruxelas não serem os melhores nesta matéria, aproveite o novo quadro comunitário de apoio, os milhões que foram acordados neste fim de semana e são fundamentais para a nossa economia, que sejam aproveitados para investimentos estratégicos. E todos reconhecemos que os investimentos estratégicos são aqueles que são reprodutivos, em primeira instância, como foi feito no último quadro comunitário, um grande investimento na educação. Todos sabemos que a educação é o maior instrumento em primeira instância de igualdade de oportunidades mas também do desenvolvimento da economia. desenvolvimento das sociedades desenvolvimento da economia. Mas também a saúde, porque uma sociedade sem saúde não é uma sociedade sólida do ponto de vista até democrático. E espero, com toda a convicção que o Partido Socialista no Governo não deu um mau exemplo no anterior Governo, deu passos que em nosso entender eram positivos mas não são suficientes, e esperamos todos objetivamente que o hospital seja concretizado, que concretize o hospital. Portanto, isso é uma matéria.-----

------A mesma matéria é em relação às passagens de nível. Lamentavelmente, e tenho que dizer isto, houve uma oportunidade de ouro com o executivo do doutor Fernando Reis, houve uma oportunidade de ouro para a supressão das passagens de nível e não foi aproveitada, lamentavelmente. E também não desresponsabilizo os sucessivos Governos do Partido Socialista, ainda não abriu uma possibilidade, num contexto de um grande enquadramento comunitário, estamos a falar de valores acima dos vinte milhões de euros, são valores muito significativos para um orçamento do município, para se concretizar também um desígnio que é fundamental para as nossas populações que nós reconhecemos,



nomeadamente que o perímetro urbano é muito afetado pela pressão natural feita pelas freguesias rurais que naturalmente ao chegarem ao centro da cidade criam grandes dificuldades de mobilidade e, estamos todos de acordo, elas devem ser suprimidas. Não só uma questão de mobilidade mas também até por uma questão de segurança e nós, como sabemos, tivemos lá alguns casos lamentavelmente muito negativos.----------Coisa diferente, e aí devemos debater e sem dificuldade, as questões como as do rio, aí sim as responsabilidades são do município. Se me pergunta: "gostaria de ter hoje muitas mais infraestruturas no rio?". Gostaria. Basta ver os meus discursos há vinte anos atrás. Há vinte anos atrás eu já dizia isso, era fundamental um investimento estratégico no rio. Estamos hoje diferentes? Estamos. E já disse na última Assembleia Municipal, quando nós olhamos para as iniciativas feitas pelos Amigos da Montanha ou por um conjunto de instituições é bom que reconheçamos que o principal pilar de apoio, não estou a retirar a virtude da iniciativa dos nossos concidadãos, bem pelo contrário, mas o grande suporte, um dos principais suportes de apoio financeiro é a Câmara Municipal. E quando vemos hoje novamente a ponte móvel, a ponte flutuante disponível para os nossos concidadãos, quando olhamos para a praia de Barcelinhos e vemos aquela mobilidade toda de pessoas, o conjunto das que lá estão, ou vemos hoje também com uma excelente iniciativa da Barca, com o apoio da Junta de Freguesia de Barcelinhos, no Souto dos Burros a recuperar-se uma praia fluvial que é da nossa memória, temos que reconhecer que isto é iniciativa, é iniciativa dos cidadãos naturalmente, mas o apoio das políticas públicas é muito sustentado. Ou quando olhamos para a última Assembleia Municipal e vemos o reconhecimento público dado aos passadiços que estarão do lado norte do Rio Cávado percebemos que há trabalho objetivo do município, como há uns meses atrás vimos quando foram aprovados os



ancoradouros. Portanto, em relação ao rio vemos já uma dinâmica objetiva com fundos comunitários significativos potenciados pela ecovia, lamentavelmente, e isto também gostava de dizer perante os barcelenses, lamentavelmente há cidadãos nossos que não partilham desta visão e que têm dificultado muito a atividade da Câmara Municipal. Tenhamos todos esta convicção: há cidadãos que se nos ajudassem na concretização dos projetos, nomeadamente a não dificultar a utilização dos espaços que são da sua propriedade, para a utilização do benefício público nós já teríamos a ecovia pronta e provavelmente já estaríamos muito mais avançados em relação aos passadiços.----------Muito obrigado, senhor presidente.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Passaríamos agora à segunda fase de inscrições de três minutos! Inscrições, por favor!----------Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----**DEPUTADO DO PSD - Alexandrino Ribeiro** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via Web.----------O orçamento participativo, que seria, neste mandato, a menina dos olhos deste executivo municipal, e também do senhor deputado Manuel Mota, teve uma execução no ano de dois mil e dezanove de uns vergonhosos zero por cento. Repito, zero por cento de execução orçamental no orçamento participativo em dois mil e dezanove. De nada adianta colocar uma dotação de quinhentos mil euros nesta rubrica, fazendo todo o marketing político à volta do



orçamento participativo, promovendo-se o executivo municipal e alguns
assessores, e depois não se investir um único cêntimo no orçamento
participativo em dois mil e dezanove. Mas justificarem, na última Assembleia
Municipal, essa execução de zero por cento do orçamento participativo em dois
mil e dezanove com o Covid, ainda deveria ser mais vergonhoso para o Partido
Socialista
Permitam-me também que destaque alguns aspetos em que este
executivo municipal, do Partido Socialista, é bom, mas é mesmo realmente
bom:
Como a judicializar os processos. Desde que o Partido Socialista chegou
ao executivo municipal, em dois mil e nove, são imensos os dossiers que são
incapazes de resolver e que acabam nos tribunais;
Outro ponto em que são realmente bons é na instabilidade dentro do
executivo. Desde dois mil e dezasseis tem sido um entra e sai de vereadores,
causando uma instabilidade natural na governação;
Outro aspeto em que são realmente muito bons é adiar a resolução de
dossiers importantes para o concelho: o dossier da água continua a dar um
passo à frente seguindo-se dois atrás; o novo hospital que iria avançar em dois
mil e dezanove e é o que se vê, ou melhor, o que não se vê;
Outro aspeto em que são realmente bons é desperdiçar fundos
comunitários. Continuamos a perder os, já por si, escassos fundos comunitários
que nos foram atribuídos;
Outro aspeto realmente bom é cobrar impostos aos barcelenses (quer às
famílias, como às empresas). As taxas de execução da receita fiscal, em dois mil
e dezanove, são fantásticas. Algo que já tinha acontecido em exercícios
económicos anteriores, como, por exemplo, em dois mil e dezoito. Ou seja, são
fiéis seguidores da linha Mário Centeno;



-----Também outro aspeto em que são realmente bons é não investir em obras importantes e estratégicas para os barcelenses. Criam um elevado saldo de gerência para dois mil e vinte, devido ao baixo investimento municipal realizado em dois mil e dezanove, e assistimos aos barcelenses a revoltarem-se, com manifestações populares em diversas freguesias, contra as escolas e a rede viária. Assistir a relatos como: as "crianças têm de levar mantas para a escola, porque o frio entra por todos os lados"; "as casas de banho da escola, metem medo"; "chove dentro do edifício da escola"; ou "as paredes da escola estão cheias de humidade". Isto são relatos inaceitáveis nos dias de hoje. As nossas crianças, os nossos professores e o pessoal auxiliar não podem continuar a trabalhar em escolas de terceiro mundo, com todas as repercussões que isso terá: na qualidade do ensino e na sua saúde.----------Muito obrigado.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Daria agora a palavra ao senhor deputado Manuel Mota, para a última inscrição deste período de três minutos. Faz favor, senhor deputado.-----**DEPUTADO DO PS – Manuel Mota** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------Quem esteve atento à última Assembleia Municipal reparou que eu não fiz nenhuma declaração em relação ao orçamento participativo, mas devia ter feito, mea culpa. Eu devia ter dito ao PSD, ao BTF e... a memória já não é muito boa, não me lembro se mais algum partido falou sobre ele, mas principalmente ao BTF e ao PSD que a falta de credibilidade da oposição é demonstrada quando debate aquilo que não sabe. Então vocês não sabem que os vossos vereadores na Câmara Municipal aprovaram um regulamento e normas que comprovavam ou que sustentavam que as votações dos projetos eram feitas em fevereiro de dois mil e vinte? Ou seja, o melhor trabalho que nós podíamos fazer levaria



sempre a uma execução em dois mil e dezanove de zero? Era impossível qualquer tipo de execução em dois mil e dezanove. É lamentável. É lamentável que os partidos que não apresentaram nenhuma proposta no contexto orçamento participativo e que lamentavelmente participaram muito pouco até na dinâmica do orçamento participativo, depois venham criticar um projeto que é absolutamente inovador no contexto da democracia barcelense. E mais, é um projeto que a mim pessoalmente muito me orgulha e orgulha-me pelos projetos que venceram e também pelos projetos que perderam. Projetos pela erradicação dos sem-abrigo, os projetos do Brigadeiro, os projetos do TES, um conjunto de projetos extraordinários que foram apresentados e que vão ser concluídos até ao final do ano, não tenha nenhuma dúvida em relação a isso.----------Mas mais, o que eu acho é que há um enorme ciúme por parte da oposição. A oposição olha para aquilo que é concretizado em Barcelos e em vez de olhar... peço desculpa, PSD. O PSD olha para aquilo que é feito em Barcelos e lamentavelmente pensava que "Bem, como nós não fizemos em trinta e três anos, se calhar em onze anos podiam fazer muito mais do que nós fizemos em trinta e três anos", e é verdade que fizemos. E fizemos exatamente na última matéria em que o senhor deputado falou, quando olha para as escolas há uma gigantesca revolução na rede escolar do concelho. Está tudo resolvido? Não, não está, temos um concelho muito vasto, temos muitos problemas para resolver. Mas se é estratégico o investimento do Partido Socialista na educação? É. Foram gastos mais de vinte milhões de euros em novas escolas. Agora não esperem do Partido Socialista o que nós encontrámos em dois mil e nove. Em dois mil e nove é feita a reabilitação de uma escola que em setembro foi fechada. Gasta-se dinheiro na reabilitação de uma escola que no início do ano letivo desse mesmo ano em que a escola fica concretizada, pasmem-se, a escola é encerrada por falta de alunos. Esse tipo de investimento, esse tipo de laxismo



na gestão pública não vão olhar para o executivo do Partido Socialista. Esta é a nossa diferença na governação.----------E desculpe, senhor presidente, mas eu continuo a ser o mesmo deputado que em mil, novecentos e noventa e sete cá chegou e custa-me muito ouvir deputados que estão daquele lado falarem em demagogia e não virem cá falar, principalmente deputados que são beneficiados por obras deste município, deputados que viveram como eu com honra numa habitação social durante muitos anos e que hoje olham para essa rua com o privilégio e com o orgulho de ver um dos maiores investimentos do Município de Barcelos, um exemplo para o país, na recuperação de bairros sociais. Política é objetivamente resolver os problemas das pessoas, não é estar daquele lado, do lado da democracia, a ------Muito obrigado, senhor presidente.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Não há mais inscrições? O senhor presidente fez-me sinal de que quer intervir. Faz favor.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.----------Não podia deixar passar em claro aquilo que foi dito aqui. E, de uma forma muito rápida, em relação à intervenção do senhor deputado Firmino Silva. Senhor deputado, eu às vezes fico espantado. Sendo o senhor jurista era capaz de me estar aqui a acusar hoje que nós não esgotámos os recursos todos que tínhamos direito nos termos da lei. Aquilo que nós fizemos foi isso. Fomos para um processo em tribunal forçado que foi o da PPP, foi constituído um Tribunal Arbitral, não fomos nós que fizemos o contrato, foi precisamente o executivo anterior, e depois entendemos que as contas não correspondiam àquilo que nós entendíamos que devia ser o pagamento justo e fomos para o tribunal. Portanto, como nós não mandamos nos tribunais e temos que aceitar aquilo que são as decisões dos tribunais, até aos recursos limite do que nós



fomos, espanta-me que o senhor venha aqui dizer que se pagou os juros. Naturalmente que se pagou, porque não se pagaria juros se nós aceitássemos a sentença e entendíamos que não devíamos aceitar porque tínhamos razões para o fazer, e os tribunais servem para isso, como o senhor sabe muito melhor do que eu. Portanto, hoje o senhor estaria aqui a dizer "os senhores pagaram sem recorrerem aos tribunais da sentença que foi feita". Portanto, eu lamento que diga isso.----------Em relação à intervenção do senhor deputado Adélio Miranda. Senhor deputado, o senhor disse uma coisa aqui muito importante, "as Águas de Barcelos vão deixar consequências graves". Provavelmente sim. Mas o senhor tem a consciência de quem é que provocou as consequências? Isto é consequência de um contrato ruinoso que os senhores assinaram. E vamos voltar pela milésima vez a falar nisto, o senhor sabe que o contrato que foi feito foi um desastre autêntico, eu nunca faria um contrato daqueles, e o resultado da sentença de cento e setenta e dois milhões de euros é resultado do clausulado do próprio contrato, que também, vá-se lá perceber porquê, as questões a dirimir eram também em Tribunal Arbitral. Portanto, consequências elas já existem neste momento que é sentença. Nós estamos a tentar é arranjar uma alternativa que resolva este problema.---------EMEC. Eu recomendava uma visita ao passado, antes de dois mil e nove, sobre a EMEC para o senhor deputado ver a gestão do PSD antes de dois mil e nove. Entretanto, como sabe, saiu uma lei também de um Governo do PSD, que é a Lei cinquenta, que veio trazer uma série de dificuldades ao setor empresarial local dos municípios. E a EMEC não foi dissolvida como foi a Empresa Municipal de Desportos porque entretanto também o seu Governo, e ainda bem que o fez na altura, fez uma portaria de excecionalidade para as escolas e, portanto, a EMEC acabou por se aguentar. Mas eu faço-lhe um desafio: é ir à EMEC e ver o



Deixe-me dizer, senhor deputado, o senhor não estava cá, mas há uma série de atrasos no nosso setor das escolas e ainda bem que nós conseguimos recuperar, e muito, mas eu quero-lhe lembrar duas ou três coisas que faz sentido, que é o senhor para a próxima se preparar melhor e não vir dizer aquilo que disse ali. Quando o PS chegou à Câmara Municipal estavam previstos dezassete centros escolares que tinham enquadramento e financiamento no quadro comunitário, salvo erro, dois mil e sete/dois mil e treze. A questão é que quando nós chegámos à Câmara não havia terrenos, não havia autorização da DGESTE que é a entidade que superentendia, que tinha que validar o licenciamento, não tinha nada, tivemos que fazer tudo e voltar a integrar. Repare, até se queria fazer um centro escolar no Adelino Ribeiro Novo. Portanto, é bom que refresque o passado porque esta é a realidade que nós encontrámos. E, como disse o senhor deputado Manuel Mota, e bem, lamentavelmente a escola de



Minhotães, onde se gastou um milhão de euros, fechou quando o executivo
anterior sabia perfeitamente que ela ia fechar. No entanto, investiu lá um
milhão de euros que está fechada
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Passaríamos então agora à votação!
Os senhores deputados que votam contra a proposta de consolidação de
contas do exercício económico de dois mil e dezanove fazem o favor de se
levantar
(Dois: um do BE, um do PCP)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Trinta e três: dezanove do PSD, doze do BTF, dois do CDS-PP)
Senhores deputados, esta proposta foi aprovada por maioria com dois
votos contra, trinta e três abstenções e os demais a favor
Declarações de voto?
Não há declarações de voto?
Passaríamos então ao ponto dois da ordem de trabalhos
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da Quarta Revisão ao Orçamento
Municipal e Opções do Plano de dois mil e vinte
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!
Não há inscrições?
Então vamos passar diretamente para a votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Quatro: dois do CDS-PP, um do BE, um do PCP)
Esta proposta foi aprovada por maioria sem votos contra e com quatro



abstençõesabstenções
Alguma declaração de voto, senhores deputados?
Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Ora, na pessoa do senhor presidente da
Assembleia saúdo mais uma vez todos os presentes
Quereria fazer uma declaração de voto em nome do PSD muito simples:
O PSD votou de forma favorável esta proposta porque é favorável ao
investimento no concelho, à prossecução e concretização de obras nas
freguesias, o que as valoriza, e é uma aposta na dignificação do poder
autárquico, neste caso na vertente das freguesias
Contudo, aproveitamos este momento para denunciar uma estratégia
eleitoralista do executivo socialista para aproveitar revisões orçamentais de
forma a que apareçam obras pontuais que já poderiam constar do orçamento e
das opções do plano anteriormente aprovados
Obras, sim
Investimentos, sim
Valorização do território, sim
Eleitoralismo, não
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Não havendo mais declarações de voto, chegamos ao fim desta ordem de
trabalhos
Antes de terminarmos, iria mais uma vez, dada a natureza destas
propostas e a necessidade de lhes dar execução imediata, fazer a proposta nos
termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei setenta e cinco/dois mil
e treze, para que a ata da sessão seja aprovada por minuta, ou seja, com o teor
da proposta e com o sentido da votação de cada uma delas



Os senhores deputados que votam contra esta proposta da mesa fazem o
favor de se levantarfavor de se levantar
(Ninguém)
Quem se abstém faz o favor de se levantar
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade
Mais uma vez a mesa agradece a confiança e, declarando encerrada esta
sessão, desejo a todos um bom regresso a casa
Boa noite
A sessão terminou às vinte e duas horas e trinta e dois minutos do dia
vinte e dois de julho de dois mil e vinte
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Horácio Barra)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)



ÍNDICE

Ata nº 3 de 22 de julho de 2020

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Período de intervenção do público
10	Período da ordem do dia
10	Discussão e votação dos documentos de prestação de Contas Consolidadas do Grupo Municipal relativos ao exercício económico de 2019 (1º Ponto)
27	Discussão e votação da 4ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano de 2020 (2º Ponto)
28	Aprovação da ata em minuta